TL 66

CIDAC - CENTRO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO AMILCAR CABRAL

Educação para o Desenvolvimento

Ficheiro progressivo

Povos e Regiões
Ficha nº 13

Timor-Leste, a nova face do colonialismo

Estamos habituados a considerar o colonialismo como um fenómeno histórico e geograficamente localizado. A perpectiva mais generalizada encara-o como uma forma de dominação política e económica exclusiva dos países capitalistas desenvolvidos (o «Norte», em geral) exercida sobre o «Sul». Nesta óptica, tratar-se-ia de uma fase histórica ultrapassada, ou quase, concluido que está o ciclo de independências em África e na Ásia.

É difícil conceber que uma ex--colónia, no caso a Indonésia, para mais com as credenciais impecáveis que possui (prolongada luta de libertação nacional contra a Holanda, membro fundador do movimento dos não-alinhados, paladino do movimento anti--imperialista e anti-colonialista dos anos 60) se possa ter tornado uma nova potência opressora. Todavia, é disso que se trata. A questão de Timor-Leste é, na sua essência, uma questão colonial. É de «território não-autónomo» o seu estatuto oficial e por este motivo é anualmente discutido nas sessões do Comité de Descolonização da ONU. Depois da independência da Namíbia, Timor-Leste é mesmo um território com maior número de habitantes constante dessa lista. Por isso, a luta dos timorenses em 1991 pelo direito à autodeterminação, é em tudo idêntica à dos indianos nos anos 40, dos argelinos na década de 50 ou dos angolanos em 60. Olhando com atenção, notaremos, afinal, que a ocupação indonésia de Timor--Leste reproduz hoje, em finais do século XX, todos os padrões clássicos do modelo colonial, tal como o identificamos desde o século XVI: domínio militar, extermínio físico, repressão cultural e exploração económica.

Bombas sobre Díli

A 7 de Dezembro de 1975, a Indonésia invade Timor-Leste, com um violento ataque a Díli.

As semanas seguintes são de extraordinária violência em todo o território, com a intervenção de cerca de 50.000 soldados, bombardeamentos indiscriminados e execuções em massa.
Só durante o primeiro ano de ocupação indonésia, contam-se 100.000 mortos. Ao fim dos primeiros cinco anos, tinham morrido 200.000 timorenses — mais de 1 terço da população.
Tentando vencer a resistência armada à invasão e impedir o apoio que ela recebia das populações, o exército indonésio recorreu a bombardeamentos — parte deles com *napalm* — massacres, tortura e fuzilamentos.
Cerca de 300.000 timorenses foram encarcerados em aldeias estratégicas — campos sob estrito controlo militar. Aí morreram muitas dezenas de milhar, vítimas da fome, da doença, já que a Indonésia não garantiu alimentação nem assistência médica. Fora dos campos controlados, a situação era idêntica, uma vez que as produções agrícolas foram destruídas pelos bombardeamentos.
Durante mais de quatro anos, a Indonésia proibiu a entrada em Timor-Leste da Cruz Vermelha Internacional, ou qualquer outra organização humanitária.
A partir de 1980, a eliminação física dos timorenses deixou de ser massiva. No entanto, a fome, a tortura, e o assassinato de civis têm continuado.
Se desde então a repressão passou a ser mais selectiva, o número de vítimas permanece elevado: pelo menos meio milhar de casos inventariados anualmente de execução extrajudiciais de civis, de detenções ilegais e de torturas.
Fora deste conjunto está ainda uma enorme quantidade — provavelmente a maioria — de casos, que ocorrem em zonas remotas, de difícil acesso (é exemplo o massacre de uns 1.500 aldeões em Kraras, na zona Leste/Sul, em 1986, o qual só viria a ser conhecido alguns anos depois).

A minha pátria é a minha língua

Tendo a percepção clara da importância da cultura como cimento aglutinador de valores, referências e vontades, a Indonésia tem posto em prática uma política programada e sistemática de descaracterização da identidade timorense. Algumas das medidas aplicadas incluem:
— a imposição da língua

A Terra e o Povo

Timor-Leste situa-se no continente asiático, a 10 graus de latitude Sul, separado da Austrália pelo Mar de Timor e do arquipélago insulíndio (Indonésia), pelos Mares de Savu e de Weter. Ocupa a parte oriental da Ilha de Timor e abrange ainda o enclave de Oecussi e algumas ilhotas: a sua área total é de 19.000 km2, sensivelmente equivalente à parte de Portugal a norte do Douro.
Timor-Leste é bastante acidentado (relevo de origem vulcânica), com as principais elevações situadas na parte ocidental do território. O lado oriental predominantemente planáltico enquanto que a costa sul é de natureza aluvial. A principal cadeia montanhosa é o Ramelau, que culmina a cerca de 3.000 metros, havendo vários outros picos que rondam os 2.000 metros.
O clima é condicionado pela influência das monções, de que resulta a existência de uma estação seca, entre Novembro e Março e de outra chuvosa, de Junho a Outubro. A temperatura é alta todo o ano (superior a 20 graus em média) embora a influência da altitude dê origem a micro-climas mais frescos.
A maioria das ribeiras nasce na cordilheira do Ramelau, tendo, portanto, curso reduzido. Com poucas excepções, são de regime torrencial, quase desaparecendo durante a estação seca.
Em toda a orla marítima predominam os mangais ou — costa sul — a floresta litoral, densa e cerrada. A floresta primária, que constituía o revestimento original da ilha, está hoje bastante reduzida devido às queimadas e à sobre-exploração florestal. A maioria de Timor está coberta de floresta mista secundária, mais ou menos densa, consoante o grau de penetração humana; em certos locais — zona leste — evoluiu para savana.
Timor foi colonizado desde períodos remotos por migrações provenientes provavelmente de todos os territórios vizinhos: não espanta encontrar assim indivíduos de característica físicas malaias (a maioria), australóides ou melanésicas. O mosaico de etnias e línguas é também muito complexo (mais de 50 dialectos, dos quais nove principais).
Segundo o recenseamento português de 1974, Timor-Leste tinha cerca de 680.000 habitantes. Em 1980, o recenseamento indónesio indicava 550.000, mas a Igreja Católica apontava apenas para 425.000: a variação ocorrida é prova irrecusável da dimensão do genocídio.
Nos últimos anos de administração portuguesa os católicos não representavam mais de 30% da população, mantendo-se a restante fiel aos cultos animistas tradicionais.
Após 10 anos de ocupação, os católicos passaram a constituir cerca de 80% da população: mais um sinal evidente e incontestável de rejeição dos valores culturais e religiosos do invasor (maioritariamente islâmico).

indónesia, o *bahasa*, como língua oficial e de ensino em confronto com a verdadeira língua veícular, o *tetum* e com a língua das camadas urbanizadas, o *português*;
— a sujeição das autoridades tradicionais timorenses a representantes políticos indonésios, os quais ocupam todos os níveis de facto importantes da administração pública;
— a imposição frequente de programas de deslocação e reagrupamento de populações, quebrando laços de solidariedade social e impedindo o enraizamento territorial;
— a instalação massiva de colonos indonésios trazendo consigo um considerável impacto económico e uma abrupta imposição de língua, de religião, de valores e práticas estranhos à tradição e aos desejos do povo timorense.

Rapina económica

Em Timor-Leste, as produções agrícolas de exportação estão monopolizadas por empresas indonésias. Estas empresas pertencem a familiares do presidente Suharto, a generais e a financeiros.
Uma das mais poderosas empresas é a PT Denok, que detém o monopólio da principal exportação timorense, o café. É propriedade do General Benny Murdani, estratega da invasão e actual Ministro da Defesa.
Também as obras públicas são controladas por empresas indonésias do mesmo tipo. É para este sector que se dirige a maior parte dos financiamentos oficiais para projectos de desenvolvimento, e é o próprio governador do território quem afirma que há desvios de fundos da ordem dos 15%.
Provavelmente o caso mais grave de saque é o que diz respeito ao petróleo existente no «Timor Gap», zona situada entre as costas de Timor e da Austrália, onde as fronteiras marítimas nunca foram definidas. O valor das reservas petrolíferas aí existentes ultrapassa provavelmente 50 mil milhões de dólares — montante que seria suficiente por si só para garantir aos timorenses, durante o próximo meio século, um nível de vida semelhante ao dos espanhóis.
Em Dezembro de 89, a Indonésia e a Austrália assinaram um acordo de definição e partilha da zona petrolífera. A exploração dos respectivos depósitos inicia-se brevemente. Segundo o Direito Internacional, aquele acordo é ilegal, tendo em conta que a soberania da Indonésia sobre Timor-Leste não é reconhecida pelas Nações Unidas.

Guerra de posições

Perante a brutalidade da invasão militar indonésia, a maior parte da população abandonou as suas vilas e aldeias refugiando-se nas montanhas sob a protecção da Fretilin e das suas Forças Armadas, as Falintil, que organizam a Resistência armada e as condições gerais de sobrevivência.
Desenvolvendo numerosos combates com o Exército indonésio, a Resistência mantém o controlo da maior parte do território. A Indonésia domina apenas os principais centros, algumas povoações e corredores de ligação entre eles, usados sob forte escolta militar.
Em 1977, as zonas controladas pela Indonésia abrangem apenas 20% da população.
Nos anos subsequentes, a Indonésia abastece-se com moderno e poderoso equipamento militar e abre uma nova fase na guerra: as chamadas «Campanhas de Cerco e Aniquilamento», visando destruir a Resistência e, muito especialmente, obrigar a descer das montanhas as populações que se mantinham protegidas nas suas bases.
As acções deste período caracterizam-se por bombardeamentos massivos, incluindo o lançamento de *napalm*, seguidos de ataques por terra.
Em Novembro de 1978 cai a última base fixa da Resistência, em Monte Matebian (Leste). A perseguição aos guerrilheiros prolonga-se pelos meses seguintes, sendo abatido o comandante das Falintil, Nicolau Lobato, a 31 de Dezembro.
Segue-se um longo período de isolamento entre os vários grupos de guerrilha e de corte de contacto com o exterior.

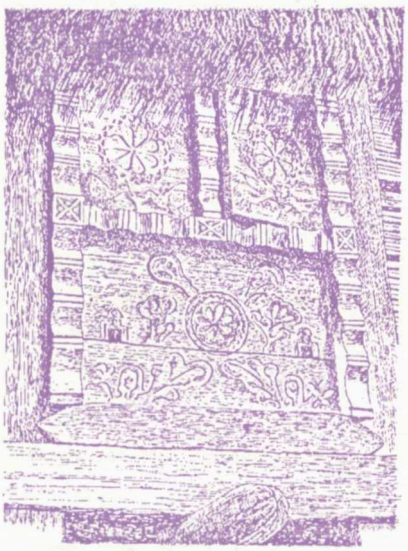
Guerra de movimento

Em Março de 1981, a Fretilin realiza uma Conferência Nacional em que decide uma importante alteração da estratégia militar: abandono do sistema de bases permanentes e guerra de posições, substituído pelo de unidades móveis; criação de uma rede clandestina no interior das «aldeias estratégicas» e noutros centros controlados pela Indonésia.
Xanana Gusmão é confirmado como o novo comandante das Falintil. As acções militares multiplicam-se. Estes factos associados a uma maior influência no Governo indonésio de facções mais moderadas levam a que este último tome a iniciativa de propor conversações. A 23 de Março do mesmo ano, realizam-se conversações directas entre o Coronel Purwanto, chefe das Forças Armadas indonésias em Timor-Leste, e Xanana Gusmão, em território controlado pela Resistência.
Acorda-se um cessar-fogo preliminar enquanto se aguardam as decisões do Governo indonésio. No entanto, os responsáveis indonésios não só não informam o Secretário-Geral da O.N.U., como divulgaram internacionalmente que o cessar-fogo era uma rendição incondicional da parte da guerrilha. Estes factos associados a alguns conflitos

locais, levam a Fretilin a retomar o movimento armado a partir de 8 de Agosto.
O General Benny Murdani, novo Ministro da Defesa, garante que a Resistência estará extinta até Outubro. Depois adia para Fevereiro e daí para Abril...

A guerrilha hoje

Actualmente, a guerrilha mantém-se viva em todo o território, sobretudo nas zonas Leste e central. Dados recentes apontam para uma média de 50 acções militares por ano, provocando cerca de 500 baixas indonésias e permitindo importantes capturas de material.
Praticamente, as Falintil dispõem apenas de armas ligeiras e em número muito limitado, dependente das capturas ao inimigo. Ainda assim, brigam o exército indonésio a manter em Timor-Leste um arsenal com dezenas de carros blindados, peças de artilharia, vários aviões de reconhecimento, caça-bombardeiros e numerosos helicópteros.
Calcula-se que as Falintil tenham hoje 1.500 a 3.000 guerrilheiros. A Indonésia tem em Timor-Leste cerca de 15.000 efectivos permanentes, número que pode duplicar durante as operações massivas (pelo menos uma por ano, durante a estação seca). Este quadro, numa área tão pequena — 19.000 km² — faz deste país ocupado o território com a maior densidade de ocupação militar do mundo.



Juventude insubmissa

A partir, sensivelmente, de 1987 começa a desenvolver-se a contestação à presença indonésia não apenas a partir da selva, mas nas próprias vilas e cidades ocupadas. A sua importância política irá crescer desde então, sendo actualmente o principal eixo de combate ao opressor. A estatégia da Resistência, longamente preparada, de transportar a revolta da montanha para a cidade, para o seio do inimigo, revelou-se plena de visão e de sucesso.
Quem compõe esta frente urbana? Trata-se de um movimento formado sobretudo por jovens estudantes, já educados sob o regime indonésio, que repetidamente desencadeiam manifestações nas ruas de Díli e outras povoações principais, ora protestando contra a segregação dos timorenses no acesso ao ensino e às actividades comerciais, ora exigindo claramente a independência do teritório.
Revelando surpreendente capacidade organizativa e actuando em coordenação com o comando militar da Resistência, na montanha, a «frente urbana» realizou as suas manifestações mais importantes na presença do Papa João Paulo II (Outubro 89), perante o Embaixador dos Estados Unidos em Jakarta (Janeiro 90), e mais recentemente (12 de Novembro de 91), aquando da visita do relator especial da O.N.U. para os Direitos Humanos, a qual teve como epílogo sangrento o massacre de Santa Cruz.

Autores/Bibliografia

— Taylor, John G., *The Indonesian Occupation of East Timor 1974-1989, A Chronology*, Londres, 1990.
— Taylor, John G., *Indonesia's forgotten war.*
— Cinatti, Ruy Almeida; Mendes Sousa, Leopoldo de, *Arquitectura Timorense*, IICT, Lisboa, 1987.
— Paz é Possível em Timor-Leste, *East Timor: repression and resistance.*
— Magalhães, A. Barbedo de, *Indonesian occupation and genocide.*
— Comissão para os Direitos do Povo Maubere, *Funu*, textos seleccionados da exposição itinerante.
— Amnistia Internacional, Relatórios Anuais.

CIDAC - CENTRO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO AMÍLCAR CABRAL
O Ficheiro Progressivo é uma publicação didáctico-pedagógica, não-periódica, de distribuição gratuita.
Apoio da Direcção Geral de Desenvolvimento da Comissão das Comunidades Europeias.
Os interessados em receber esta publicação devem escrever para:
CIDAC - Dep. Educação para o Desenvolvimento
R. Pinheiro Chagas, 77 - 2º Esq. - 1000 Lisboa - tel 54 13 08